

Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia

Audição de um Representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Angra do Heroísmo, 04 de maio de 2017

(*) Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 44 minutos.

Eu começo naturalmente por agradecer ao Sr. Doutor João Maria Mendes, Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, a pronta anuência a este convite, a sua disponibilidade e certamente o contributo que nos vai dar.

Também como já tivemos oportunidade de constatar, estes convites que fizemos, e bem, aliás, por unanimidade, quer ao Fórum Açoriano, quer ao Instituto Açoriano de Cultura, quer aos tradicionais e velhos, e no bom sentido, Institutos Culturais (Instituto Histórico da Ilha Terceira e Instituto Cultural de Ponta Delgada e Núcleo Cultural da Horta), levantam, para organizações que têm, como o próprio nome indica, uma vocação cultural, embora muitos deles, designadamente o Instituto Histórico, tenham, designadamente através dos seus boletins e das suas separatas, dado um enorme contributo, e continuam a dar, ao pensamento das questões autonómicas com vários colaboradores e membros, alguns dos quais já passaram por aqui hoje, designadamente o Doutor Álvaro Monjardino, o Doutor Reis Leite, se têm pronunciado sobre isso.

É evidente que há aqui alguma dificuldade prática entre as pessoas, através dos respetivos Presidentes, se pronunciarem propriamente em nome dessa instituição coletiva, até porque, como é natural nestas questões, nas ciências humanas e na política, por maioria de razão, as opiniões são também díspares.

Portanto, o Doutor João Maria Mendes levantou uma questão de, com esta celeridade, poder, como Presidente do Instituto Histórico, mas em termos pessoais, dar o seu contributo, sem prejuízo de eventualmente e no futuro, a respeito até de mais alguma questão parcelar, etc., poder haver uma iniciativa ou um contributo de outro molde e feito noutros moldes.

Obviamente que com este pressuposto, é com muito gosto, Sr. Presidente, que o ouvimos, agradecendo mais uma vez a sua disponibilidade.

Eu proponho (e é a metodologia habitual que temos seguido) dar-lhe a palavra para fazer uma breve exposição, da forma que melhor entender,

sobre este tema, aliás, vasto e propositadamente também genérico, nesta fase, e depois faremos um pequeno debate.

Muito obrigado.

(*) Representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira: Boa tarde, Srs. Deputados.

Creio que há alguns ausentes, ali em videoconferência.

Presidente: Sim, apresento-os por videoconferência: o Deputado Paulo Estêvão, no Corvo, o Deputado João Corvelo, nas Flores, o Deputado Luís Garcia, no Faial e a Sra. Deputada Zuraida Soares, em Ponta Delgada.

O Orador: Saúdo a todos.

Em primeiro lugar, queria agradecer o convite feito ao Instituto Histórico da Ilha Terceira para estar aqui presente nesta Comissão.

Como o Sr. Deputado Francisco Coelho já disse, é muito difícil nós podermos falar aqui em nome de uma Instituição que, neste caso até, não é assim muito numerosa nos seus membros efetivos (somos 37), mas de qualquer maneira não tive oportunidade de consultar esses mesmos membros.

Por outro lado, também, e este é um facto, se os consultasse ia ser muito difícil ter uma opinião unânime do Instituto Histórico. Por isso mesmo é preferível, se calhar, não os ouvir, e foi dentro destas condições que enviei um *mail* ao Sr. Deputado Francisco Coelho a perguntar se estariam interessados ou não a ouvir-me a título pessoal e como Presidente do Instituto, mas não a vincular aqui qualquer opinião do Instituto Histórico.

Portanto, é nessas circunstâncias que me encontro aqui.

Também creio que é extremamente importante esta Comissão Eventual, para haver aqui uma análise e um pensamento daquilo que deve ser a Autonomia Regional.

Se me permitem, do ponto de vista histórico (eu Represento aqui o Instituto Histórico), creio que é importante, para aquilo que vou dizer, contextualizar aquilo que me parece que de alguma maneira eu chamo os “pecados originais” da nossa Autonomia.

Começo por dizer que esta Autonomia, embora com antecedentes (como todos nós sabemos e temos aqui uma Professora de História que conhece bem todos estes movimentos autonomistas), foi sempre, para já, um movimento muito centrado numa única ilha e nós nunca podemos esquecer que o arquipélago são nove ilhas, distantes, afastadas umas das outras, com dimensões muito diferentes, tanto em área como em população, o que determina de facto aqui uma grande dificuldade em encontrar, como está aqui previsto, um sistema autonómico que satisfaça todas as pretensões e até

que haja aqui um sistema eleitoral que de alguma maneira corresponda a estes dois fatores, que é a superfície e sobretudo a população.

Mas voltando àquilo que estava a dizer, embora tenha havido esses movimentos autonomistas, e até mesmo independentistas, e também como nós sabemos até de adesão ou à Inglaterra ou aos Estados Unidos, seria ainda um movimento um pouco mais estranho, que era tornar isto ou tornar as ilhas protetorados dos Estados Unidos ou da Inglaterra, embora esses movimentos parece-me que tiveram muito menos adesão do que propriamente aqueles que vinculavam ou que propugnavam pela independência.

Ora bem, mas a atual Autonomia nasce nitidamente de um conflito político entre forças progressistas e conservadoras, para não dizer outras coisas.

Aliás, é sintomático e teria até muito gosto em oferecer aos senhores um livro que o Instituto Histórico acabou de editar, que é uma tese de mestrado da Dra. Berta Tavares, que ela procura analisar precisamente a visão que os americanos (Cônsul em Ponta Delgada, Embaixada dos Estados Unidos e Secretaria de Estado) tiveram a percepção daquilo que era o Movimento Autonomista em 1974/75 e vê-se que, de facto, não há aqui uma vontade popular.

Não brota de uma vontade unânime das ilhas, até porque mais uma vez quem pugna pela Autonomia está muito centrado em duas ilhas: São Miguel e Terceira, essencialmente, embora haja núcleos noutras ilhas.

Portanto, nasce aqui de um conflito político e a Autonomia só vingará na medida em que o Partido Comunista não consegue, ao fim e ao cabo, tomar o poder em Lisboa, digamos assim.

Por isso, a Autonomia serve também de alguma maneira como moeda de troca nas relações internacionais, porque, por um lado, se a Autonomia fosse muito vinculada, serviria de pretexto para os comunistas acusarem as potências internacionais de que se estava aqui a proceder quase a uma divisão do país. Se, pelo contrário, não se pugnassem ou se o Partido Comunista tomasse o poder em Lisboa, quase que os autonomistas preferiam a independência.

Aqui está uma outra questão fundamental, porque nunca se percebe bem, na génese desta Autonomia, se pretendem Autonomia ou se pretendem independência, e creio que isto inquina todo o processo subsequente desta Autonomia que temos.

Creio que agora se percebe muitas vezes quando se falava numa Autonomia progressiva, numa Autonomia que tinha que dar sempre mais passos em frente.

Isso tudo leva a indicar que o passo em frente seria a independência, porque senão nós tínhamos aqui quase o paradoxo de Zenão, que é aquele começa a caminhar metade do caminho e nunca chega à parede.

Portanto, a Autonomia se é progressiva chega a um ponto que não pode andar mais, ou então entra num paradoxo, ou então o objetivo era, de facto, atingir a independência dos Açores.

Ora bem, eu creio que estas questões todas históricas levam a concluir que houve aqui, de facto, “pecados originais” no início da nossa Autonomia, porque não é um movimento espontâneo, não é um movimento de massas, é um movimento que me parece, e cada vez os estudos apontam mais nesse sentido, ser um movimento instigado por uma elite, apoiada em determinada altura até pelos militares que residiam cá na Região (é curioso também este pormenor), e leva a que haja aqui um outro fator que sempre me impressionou e que me parece também fundamental para inquirir ou para desvirtuar a Autonomia, que foi a questão da unidade açoriana. É um outro conceito que me parece também que nunca foi bem explicado, dado que (e isto é uma sensação, digamos assim, que eu tenho) esta unidade açoriana nunca existiu.

Foi implementada por “decreto” (entre aspas), porque, de facto se existisse uma unidade açoriana, e este conceito foi fundamental para a Autonomia, ela tinha que surgir espontaneamente, não pode ser por decreto, não pode ser imposta.

Creio que esta unidade açoriana nunca existiu, realmente. Ou melhor, nem sequer dentro de ilha muitas vezes existe unidade, porque há conflitos, há bairrismos entre os municípios, entre ilhas vizinhas.

Muitos deles estão, felizmente, atenuados, mas a unidade açoriana, a meu ver, nunca existiu, a não ser porque se batalhou muito, porque se insistiu muito que havia a unidade açoriana e era mais uma vontade do que uma realidade.

Depois, um outro conceito que foi muito discutido na altura (eu ainda me lembro bem das discussões), eram dois conceitos que se pugnavam para a nossa Autonomia. Por um lado, falava-se num desenvolvimento harmónico de todas as ilhas e da Região, mas havia um grupo muito sólido que preferia o sistema da locomotiva, isto é, uma ilha é que se desenvolvia e por arrasto levava as outras. Aliás, isso está documentado em vários debates na altura, em 74, em 75 e mesmo em 76.

Naturalmente que quem pugnava pelo sistema da locomotiva, eram os interesses económicos centrados em São Miguel. Isso foi muito debatido e foi muito contestado, na altura, por uma figura aqui da Terceira, que já morreu, o Doutor Cândido Forjaz, que tem esses discursos publicados e que é muito interessante reler hoje em dia para termos esta noção de que, de facto, embora, mais uma vez por decreto ou por opção ideológica, se tenha ido e se tenha afirmado que a Autonomia se baseava precisamente no

desenvolvimento harmónico, o certo é que na realidade se encaminhou mais para o sistema da locomotiva.

Ora bem, estes são, como costume dizer, os "pecados originais" da nossa Autonomia, e por isso mesmo creio que a Autonomia tem tido sempre falhas, porque se baseou em três ou quatro conceitos que não eram reais. Foram de alguma maneira impostos e, por isso mesmo, a Autonomia não vingou como devia ser, até porque havia aqui uma fronteira muito ténue entre Autonomia e Independência.

Eu creio que depois no seu desenvolvimento e na sua concretização sobrepueram-se sempre os interesses económicos aos interesses políticos. Vou dar exemplos para justificar esta minha afirmação e para justificar também aquilo que disse, que me parece que embora o discurso político era sempre no sentido de um desenvolvimento harmónico, de facto o que aconteceu foi o conceito da locomotiva, porque, por exemplo, as empresas regionais ou aquelas que tinham sido estatizadas, o certo é que o dinamismo empresarial e económico de São Miguel era mais do que evidente. Já há aqui um desnível muito grande, porque historicamente, de facto, em São Miguel houve sempre um dinamismo muito maior do que em qualquer uma das outras ilhas.

Historicamente, no fim do séc. XIX, e princípio do séc. XX...

Ainda agora tive oportunidade de ler, porque publicámos no Boletim do Instituto Histórico, um estudo interessante sobre a indústria do tabaco, por exemplo, isto para citar um artigo. Lá lia-se que implementou-se a cultura do tabaco no séc. XIX.

São Miguel e a Terceira aderiram a essa nova indústria de tabaco, e de repente há nitidamente um ataque bastante grande à produção de tabaco na Terceira em detrimento da concentração do tabaco em São Miguel.

É claro que teve ainda outras implicações, que foi o Continente também boicotou nitidamente a indústria tabaqueira nos Açores com taxas alfandegárias disparatadas ao ponto de conseguir vender tabaco do Continente aqui nas ilhas mais barato do que o que era produzido aqui. Isto tudo só para dizer que nós temos vivido sempre, segundo me parece,

aqui numa distorção económica em que há aqui um triângulo terrível para as ilhas mais pequenas, que é Lisboa, Ponta Delgada e o resto. Nitidamente nós hoje em dia somos "uma sub-colónia da colónia", entre aspas, que seria os Açores relativamente a Lisboa.

Mas voltando aqui à questão, acho que as empresas regionais foram todas concentradas numa única cidade em Ponta Delgada. Isto pode parecer, e durante muito tempo foi, uma espécie de um papão que se inventou aqui nos Açores para de alguma maneira censurar o livre pensamento, que era o papão

do bairrismo. Isso foi levado às últimas consequências, porque ninguém podia criticar nada senão era bairrista.

Ora, acho que já é tempo de acabarmos com estes preconceitos, porque não é uma questão de bairrismo, é uma questão muito concreta, é uma questão matemática: se uma coisa não está aqui, é porque está noutra lado!

Portanto, não há aqui que fugir.

Muitas vezes não é por causa de termos as coisas num lado ou no outro. É toda a dinâmica económica que a concentração dessas empresas provoca na vida das pessoas.

Aqui há uns anos atrás, achei piada, porque o Governo de então, que aqui o Sr. Deputado fazia parte, ficou muito alarmado com o despovoamento das ilhas.

Perguntavam, aterrados, por que é que São Jorge, o Pico, o Faial, estavam a ficar sem população?

Ora, eu creio que a resposta era muito simples: porque não havia empregos!...

Porque não havia oportunidades!...

O Governo não é que tinha a culpa, porque isto já vinha de trás, mas a questão toda da centralização numa determinada zona de empresas, de centros de decisão, leva a que as pessoas percam as oportunidades.

Portanto, um jovem que vai estudar para uma universidade, se faz uma licenciatura, por exemplo, nas áreas técnicas, nestas ilhas pequenas não tem a mínima oportunidade de poder singrar na vida.

Por isso mesmo, aquilo que chamavam de bairrismo, não era bairrismo, era reivindicar oportunidades para as outras ilhas e isto é um outro defeito que se instaurou aqui na nossa democracia.

Portanto, o despovoamento das ilhas, a falta de emprego e de oportunidades, é tudo consequências precisamente desta centralização e por isso é que o tal conceito de locomotiva é que prevaleceu sobre o conceito de desenvolvimento harmónico dos Açores.

Se nós repararmos bem, tanto na área da banca, na área das telecomunicações, na área industrial, os centros de decisão estão todos localizados em Ponta Delgada.

As outras ilhas não têm decisão nenhuma. Eu costumo dizer, por graça, que hoje em dia um polícia aqui em Angra, para saber se volta para baixo ou se volta para cima, tem que perguntar a Ponta Delgada; um Banco para comprar uma simples caneta tem que perguntar a um decisor que está em Ponta Delgada. E eu estou a falar de Angra, para já não falar de São Jorge, do Pico ou da Graciosa que ainda deve ser muito pior.

De facto, eu estou aqui a ser um pouco talvez pessimista, mas estou a justificar o meu pessimismo.

Por isso mesmo, a conclusão a que chego é que esta Autonomia parece-me que está esgotadíssima, precisamente porque teve aqui uns “pecados originais” que nunca foram ultrapassados.

Esta é, Sr. Presidente, a minha visão desta Autonomia, talvez muito pessimista, mas creio que um pouco, infelizmente, realista daquilo que penso que é.

Presidente: Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Sr. Deputado Alonso Miguel faça favor.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sr. Presidente, muito obrigado.

Muito obrigado pelos seus esclarecimentos e pelo seu contributo.

Eu não tenho uma questão para lhe colocar, no entanto devo confessar que concordo com a maioria das coisas que disse à exceção de uma, que tem a ver com a questão da unidade de ilha, que me parece que é muito mais evidente que a unidade regional. Se assim não fosse, haveria muito mais insatisfação na própria Ilha de São Miguel, porque na verdade a maioria dos serviços estão concentrados numa só cidade e eu não vejo este espírito reivindicativo por parte dos outros concelhos ao nível que vejo por parte de outras ilhas.

Isso parece natural, por uma questão simples, é que estando na Ribeira Grande nós podemos ter acesso àquilo que se passa em Ponta Delgada e é muito mais fácil desenvolver um negócio noutra ilha que beneficie do desenvolvimento de Ponta Delgada, o que já não acontece se estivermos noutra ilha, e nem falo na Terceira, falo por exemplo de uma ilha mais pequena onde a dificuldade de implementação de um negócio é ainda mais “acesa”.

Era só, no fundo, este apontamento, porque parece-me que apesar de não haver uma unidade regional bem vincada, e que pode ter sido efetivamente um dos “pecados originais” e um dos falsos, no fundo, argumentos que se utilizaram, mas vejo que possa haver alguma unidade de ilha por estas razões que acabei de colocar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Contente, faça favor.

(*) Deputado José Contente (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria também agradecer as palavras do Sr. Doutor João Maria Mendes e fazer um breve comentário que tem a ver com seguinte:

Talvez pelo facto do meu pai ser do Faial, eu ter nascido nas Velas, ter estudado na Terceira e ter casado em São Miguel, e ter sido Membro do

Governo, a minha leitura acaba por estar ilustrada ou contaminada, consoante a perspetiva, por este facto.

Mas, independentemente e em relação às questões iniciais da Autonomia e do facto de ter surgido o movimento independentista por razões talvez de defesa de algumas elites em relação àquilo que era o trajeto do país na altura, o facto é que também as coisas nunca chegaram às outras ilhas com a mesma intensidade que chegou a São Miguel e um bocadinho à Terceira, como autores e atores conhecidos nestas duas ilhas, até porque se calhar as outras ilhas tinham medo de passar de um Governo que já era centralista no Estado Novo, para outro Governo numa ilha maior, mas, isto é um comentário lateral àquilo que eu queria dizer, que tem a ver um pouco com a história da unidade regional e com a predominância de ilhas sobre outras.

Nesta análise não posso nunca fugir à ideia de que São Miguel, para o bem ou para o mal, para a desgraça e para a riqueza, tem mais de metade da população dos Açores. Isso aí é um facto incontornável e foi sempre.

E eu conhecendo, por exemplo, alguns indicadores, sem prejuízo do poder regulatório do Governo ou das instituições, explica, por exemplo, alguma desigualdade no consumo do cimento, no número de viaturas, na pobreza, na riqueza. Faz parte quase de uma verdade estatística, que é um pouco, se não é incontornável é pelo menos insofismável.

Agora, o que há provavelmente nesta discussão entre Autonomia progressiva, desenvolvimento harmónico e todos esses conceitos, é a necessidade de algum poder regulatório dos Governos ao longo do tempo que podem, de acordo com as opiniões, às vezes políticas outras ideológicas, mitigar mais esta situação.

Portanto, há aqui um problema de base que eu penso que existe há muitos anos, que é o facto de uma ilha ter mais de metade da população. Portanto, acaba por se impor por isso a algumas coisas, sem prejuízo de alguns desses eventuais centralismos. É um primeiro comentário.

Depois, também parece-me que o facto de haver ou não esse poder regulatório, a iniciativa privada pode ter mais majorações aqui ou ali. O problema, por exemplo, da questão da população, do empobrecimento e do depauperamento proporcional das ilhas mais pequenas, como disse e bem, é uma coisa muito antiga.

Já agora, que se falou aqui hoje numa pessoa que eu conheci muito bem, que foi o Professor José Enes, no início da fundação da Universidade dos Açores, ele até assumia a possibilidade, que na altura achavam que era um pouco irrisória, mas que se calhar já não é tanto hoje em dia, das ilhas voltarem a ter que ser repovoadas, por exemplo, por chineses.

Até parecia que estava a adivinhar, mas os chineses, por outros motivos, acabaram por aparecer aqui noutras circunstâncias.

Portanto, esta questão da desigualdade entre as ilhas não pode ser uma fatalidade ou uma inevitabilidade. Porém, o dado estatístico relativo a uma

grande concentração populacional em São Miguel, gera mais de “tudo”: mais pobreza, mais riqueza, mais consumo etc..

Isto não justifica a teoria da locomotiva ou a não possibilidade e até necessidade de desenvolvimento harmónico, mas parece-me também que não é uma questão de bairrismo.

Portanto, há situações em que os poderes regulatórios podem e devem fazer alguma coisa para esbater estas situações, mas não podem escamotear o facto de haver mais de metade da população dos Açores numa ilha.

Eu digo isso como açoriano e não como residente em São Miguel. Isso significa que interessa muito não descurar as ilhas mais pequenas e haver sempre a capacidade política dos Governos, dos órgãos próprios da Região, de algum modo, arranjar medidas discriminatórias, no sentido positivo, para que essa desigualdade não se mantenha.

Era só um breve comentário às suas palavras.

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa ilha que está a falar não foi povoada pelos chineses, foi pelos japoneses!

(Risos dos Deputados da Comissão)

Deputado José Contente (PS): Pois, essa parte acho que também tem história como a dos JAP's da Base das Lajes!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais muito boa tarde e muito obrigado também ao Sr. Presidente do Instituto Histórico pelas suas palavras.

Terminou a sua intervenção dizendo que a Autonomia está esgotada por via dos “pecados originais” nunca resolvidos.

Na mesma linha aqui do que disse o Sr. Deputado José Contente, também vou fazer só um breve comentário relativamente à questão do desenvolvimento harmónico *versus* tese da locomotiva.

Dá-me a ideia que não devíamos optar, devíamos talvez encontrar, se calhar resolver um desses “pecados”. Esse “pecado” era encontrar o equilíbrio entre esses dois conceitos, porque de facto também a locomotiva, com o lastro todo que depois leva atrás, realmente não vai longe, porque cada vez o peso é maior atrás de si.

Se não houver o tal desenvolvimento harmónico parece-me que esses dois conceitos, se calhar mais aprofundados em termos daquilo que é o modelo de desenvolvimento, que hoje também ouvimos aqui, essa questão do modelo de desenvolvimento, não temos propriamente um modelo de desenvolvimento para os Açores.

Portanto, era apenas este comentário relativamente a esse conceito que nos tem tirado assim muito tempo de debate ao longo destes 40 anos, tem-nos levado uma vez ao tal estremar de posições, aos tais bairrismos, às tais invejas, por assim dizer, do vizinho, ou da ilha vizinha, ou da ilha maior, ou da ilha menor, e que se calhar era uma boa base de partida para encontrarmos aqui outros mecanismos de desenvolver a nossa Autonomia.

Só agora também por piada, os chineses hoje em dia andam atrás de economia. Eles nunca iriam para ilhas desertas. Não há lojas para abrir, porque não há nada para vender, não há empresas para comprar, porque não há empresas propriamente ditas.

Portanto, com os chineses não nos safamos certamente, talvez encontrando, enfim, não diria refugiados, mas encontrando outros mecanismos de voltar a repovoar as ilhas, porque realmente algumas começam a sentir esses efeitos perversos do despovoamento e da descaracterização social e cultural dessas próprias ilhas, algumas de uma forma mais acentuada, outras menos, mas se calhar essa resolução desse “pecado original” de u luta entre a tese da locomotiva e do desenvolvimento harmónico. Podia-se de alguma forma encontrar a solução pelos méritos dos dois conceitos e não apenas pôr um contra o outro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa...

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Doutor João Maria Mendes pela sua participação e pelas suas palavras.

Eu, permita-me, ao contrário dos meus colegas, que não faça comentários, mas faça duas questões diretas:

Representante da República – extinção, como atribuir os poderes que agora estão sob a sua alçada, criação de um órgão, em que figura deve ficar consagrado esses poderes?

Abstenção – como é que se combate a abstenção? Iniciativas?

Porque realmente o que interessa também aqui à Comissão é perceber, com as personalidades que vamos ouvindo, as suas posições, ideias, porque só com o conjunto de ideias certamente ninguém terá a ideia certa e já afirmada nos seus argumentos, mas com certeza é que nessa discussão é que a gente encontrará a melhor solução.

Muito obrigado.

(*) **Representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira:** Eu posso já responder, porque senão é muita coisa.

Presidente: Sim senhor. As perguntas são poucas.

(*) **Representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira:** Começando aqui pelo Sr. Deputado José Contente, eu comecei por dizer que, de facto, nós vivemos num arquipélago que tem aqui umas assimetrias tremendas, de geografia e de população. Isso é notório e eu sei.

Por isso é quase impossível haver aqui um equilíbrio entre a população de São Miguel e do Faial.

Basta fazer contas para ver que um Deputado de São Miguel representa, não sei se 20 mil pessoas, ao passo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, do Corvo, representa meia dúzia de pessoas ou umas dezenas de pessoas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um pouco mais de meia dúzia!

(Risos dos Deputados da Comissão)

O Orador: Não tem mal nenhum. Isto foi só para ver se o Sr. Deputado estava ali atento ou não.

Eu estou consciente disso e nós não podemos fugir a esta realidade, é um facto.

Quanto à unidade, Sr. Deputado, de facto eu creio que há mais unidade de ilha do que unidade regional.

Por isso é muito fácil falar, porque felizmente já estiveram dois partidos distintos no Governo, e quando falo não estou a criticar nem um, nem outro, nem a louvar nem um, nem outro. Eu refiro-me às políticas em geral que foram nestas questões, aliás, muito parecidas umas com as outras, nestes 43 anos, não é, ou 40?

Presidente: Setenta e seis, 41!

O Orador: Quarenta e um, vai fazer 41!

Nestas políticas foi tudo muito parecido uma coisa com a outra, não mudou muito.

Volto a insistir nesta questão: não é uma questão de bairrismo, não é uma questão de ter coisas, é uma questão de decisão e onde estão os centros de decisão é que há desenvolvimento e é que há oportunidades. Logo, se eu não tenho oportunidade neste lugar, a realidade mais lógica é eu fugir para onde tenho oportunidades. Quem é que vai fugir? Não são os idosos!... São os mais novos!

E fugindo os mais novos há um despovoamento dessas ilhas. Foi neste sentido. Agora eu concordo consigo naquilo que disse.

Se repararmos muito bem, hoje em dia uma empresa que olhe para os Açores, vai perguntar precisamente “onde é que vou vender mais”? Logo vai localizar-se nesse local onde vai vender mais, onde vai ter mais receitas.

Não se vai instalar no Corvo, de certeza absoluta.

O que significa que cada vez mais isto vai provocar concentração. É aqui que eu quero chegar. Em vez de provocar descentralização, está cada vez mais a provocar concentração. E nós vemos a nível dos bancos. Onde é que está o centro de decisão da banca? Está todo na mesma cidade. As telecomunicações e uma série de áreas importantes e estratégicas para a Região estão todas centralizadas num determinado sítio.

É claro que podia fazer-me esta pergunta: mas no meio disto tudo, e passados estes tais 41 anos, foi positivo ou não foi positivo?

Já agora se me permite, eu faço uma pergunta a mim mesmo: foi positiva ou não foi positiva a Autonomia?

Eu acho que sim. No computo geral foi. Foi melhor ter Autonomia do que não ter.

Nós vemos o estado lamentável em que estão aí os serviços da República e, por isso mesmo, creio que no computo geral foi melhor ter Autonomia do que não ter. Agora podíamos era ter uma Autonomia melhor do que aquela que não temos, ou que não tivemos, e acho que era bom repensar todo esse esquema.

Voltando outra vez à questão da locomotiva e da centralização, todas as empresas regionais (eu já não falo nas empresas que tinham sido criadas em São Miguel e que tinham toda a legitimidade em estar lá, do género da SATA, o BANIF que hoje em dia já desapareceu, e outras que não me lembro agora) que numa determinada altura, e isso foi muito no tempo do PSD, se criaram, todas estavam centralizadas em Ponta Delgada.

Depois criaram-se umas vagas empresas por aqui e por ali, mais caixas de correio do que outra coisa, porque depois no fim, tenha a sede na Horta ou tenha sede em Angra, os dirigentes estão todos a residir numa outra ilha, bem, aí, a decisão vai-se embora outra vez e as oportunidades vão-se embora. Por isso, quando se diz que a deslocalização é má, é porque restringe empregos, não cria expectativa nas pessoas e, é claro, um jovem que se forme, que tire uma licenciatura tem uma perspectiva de uma carreira que aqui, em qualquer uma das oito ilhas dos Açores não tem perspectiva absolutamente nenhuma e isto é que é mau.

Quanto à pergunta que o Sr. Deputado Miguel Costa fez, do Representante da República, eu também tinha algumas ideias sobre esta questão e mais uma vez isto prende-se, logo no início, com este conflito político que houve aqui. Nós sabemos bem (eu recordo-me perfeitamente bem!) que o Primeiro-Ministro da República, e o que estava estipulado naquele pré-Estatuto Político-Administrativo, era que a sede do Ministro da República era em Ponta Delgada. E ele foi para lá!... Só que os cavalheiros da FLA meteram-

lhes umas bombas e o Sr. General Galvão de Figueiredo, se não me engano,...

Presidente: Foi!

O Orador: ... ficou com medo e veio-se embora para a Terceira. Esta é a realidade nua e crua.

Aqui também lhe meteram uma bomba, mas ele não se assustou tanto e foi ficando por aqui. Primeiro, ali em baixo, na rocha. É um pouco caricato, mas foi isto assim.

Por isso, as tais elites pensantes de Ponta Delgada que tinham sido os autores desta Autonomia nunca gostaram do Ministro da República e daí que foi sempre um combate feroz contra o Ministro da República e agora do Representante República. Mudaram-lhe o nome, não sei bem porquê nem porque não, mas até se compreende, porque ele deixou de ser Ministro, de facto, não tinha participação no Conselho de Ministros e não valia a pena estar a chamá-lo por esse nome.

A questão toda é aqui uma questão de princípio e de direito.

Se a Autonomia quer respeitar o princípio da separação de poderes, eu acho que se está aqui a concentrar poderes que depois não sei como é que se resolve a situação. É um dos princípios fundamentais, de facto, de um Estado de direito e de um Estado democrático, esta separação de poderes.

E quem promulga as leis ou os diplomas?

Nós sabemos que aqui o Governo Regional não tem poder legislativo. Quem tem poder legislativo, única e exclusivamente, é a Assembleia Legislativa Regional.

O Governo apenas tem poder regulamentar e só há um caso em que tem algum poder legislativo, que é na sua auto-organização, se não estou em erro. Ora bem, se o poder legislativo reside na Assembleia Legislativa Regional, e muito bem, quem é que vai promulgar as leis emanadas da Assembleia Legislativa Regional?

Bem, até agora tem sido o Ministro da República ou o Representante da República. Claro que já ouvi dizer que seria para dignificar a Autonomia, que essa competência fosse diretamente do Presidente da República.

Não tinha mal nenhum nisso, só que parece-me, primeiro, que é uma contradição da própria Autonomia. Se queremos Autonomia, por um lado, e desvincularmo-nos do poder central, mas depois é que estamos a entregar de bandeja ao poder central e a centralizar um poder que neste momento está descentralizado, parece-me que é um absurdo.

Em segundo lugar, o que seria mais provável (lá estou a dizer, *provável*) é que o Sr. Presidente da República nomeasse um assessor qualquer para se

encarregar dessa promulgação das leis da Madeira e dos Açores, o que não vinha dignificar absolutamente nada a nossa Autonomia.

E por isso, a extinção do cargo do Representante da República, acho que é outra das questões que vem precisamente da génese desta nossa Autonomia que surge de conflitos, conflitos políticos, conflitos ideológicos, que nunca foram resolvidos e que persistem sempre, precisamente porque estou convencido (agora já é uma convicção minha) que este combate persistente contra o Ministro da República, ou o Representante da República, é precisamente a tal reminiscência, digamos assim (volto a dizer e a frisar que isto é uma convicção minha, não sei, nem a posso provar), do tal pensamento independentista e não autonomista.

Por isso mesmo se se queria uma Autonomia progressista até atingir a independência, um dos obstáculos era precisamente a existência do Ministro ou do Representante da República. Não fazia sentido, nem se encaixava bem dentro deste conceito.

Agora, existindo uma simples Autonomia (e quando digo simples é no sentido de contrapor a independência, que me parece que é o mais lógico) onde é que para aqui o conceito de separação dos poderes?

Por outro lado, se for para enviar para a Presidência da República para ser um simples funcionário a despachar, acho que não dignifica absolutamente nada a nossa Autonomia, nem a Assembleia Legislativa Regional, que terá que enviar os seus diplomas para um simples funcionário que está algures no Palácio de Belém, lá num escritório qualquer. Acho que é preferível ter aqui o Representante da República ou uma outra coisa qualquer.

Agora se me permitem, isto pode ser uma ideia absurda, mas creio (não sei se me perguntou isto se não, mas já agora digo) que talvez a situação atual de nomeação de um Representante da República não seja dentro de um sistema do Estado de direito e democrático e representativo. O facto é que os Srs. Deputados são eleitos, com toda a legitimidade, o Representante da República não é, é por nomeação.

É claro que isto implicava uma grande mudança da Constituição que a Região provavelmente teria muita dificuldade em implementar, mas nada obstava a que os Representantes da República não fossem eleitos para terem toda a legitimidade, ou uma eleição direta para Representante da República, ou então funcionarem, que era esse o sistema que me parece que era melhor, como uma espécie de Vice-Presidente da República, isto é, cada candidato a Presidente da República teria que apresentar dois Vice-Presidentes, um para a Madeira e o outro para os Açores.

Assim, ele ficaria com toda a legitimidade política para poder exercer as competências que lhe estão atribuídas como Vice-Presidente para os Açores ou Vice-Presidente para a Madeira.

Bem, isto pode parecer absurdo, dependeria de uma grande reforma constitucional, e a Constituição não prevê isso e provavelmente nunca irá prever.

Mas de qualquer maneira deixo aqui esta ideia e parece-me que respondi à sua pergunta.

Não sei se tinha feito mais alguma.

Deputado Miguel Costa (PS): Abstenção!

O Orador: Bem, a abstenção é uma questão que eu não lhe sei responder.

A única coisa que lhe posso dizer é que numa das últimas eleições (eu voto aqui na Freguesia das Cinco Ribeiras, de onde sou natural), eu fui votar à Casa do Povo, onde estava instalada. Fica um pouco no extremo da freguesia e eu moro no outro extremo, aqui mais para o lado de Angra.

Vinha a sair um senhor que era relativamente meu vizinho e perguntei-lhe se ele queria boleia (o senhor não tem carro, nem conduz) e ele disse-me que sim.

Eu disse-lhe: o senhor veio logo de manhã aqui votar!

- Ah, pois vim. Foi o meu filho que me veio aqui pôr, mas ele foi-se embora porque ele diz que não vota, não tem paciência para isto, isto está tudo inquinado, que não vota. Eu venho votar.

Portanto, isto significa que as pessoas mais velhas – foi a sensação que eu fiquei – ainda votam; os novos não querem votar.

Isto pode ser um caso isolado, mas de alguma maneira reflete a mentalidade que há aqui de um desinteresse muito grande, não das pessoas mais de idade, porque essas ainda votam, essas é que se calhar vão mais votar. Os novos é que estão completamente desinteressados.

Isto foi um testemunho muito isolado, numa freguesia pequena, mas de qualquer maneira pareceu-me significativo e aquilo ficou-me a “roer” cá na memória, por que é que um jovem vai levar o pai para ir votar, mas ele não vota. Está ao pé da mesa de voto e diz, perentoriamente, que não tem paciência para isto. Vem-se embora, não vota, e deixa o pai lá a votar.

Sr. Deputado, não sei como é que se resolve, porque felizmente nós vivemos num país livre e democrático e acho que votar é um direito, mas deve ser um direito exercido com toda a liberdade e não imposto, porque votar à força não me parece que também resolva a situação.

Agora como é que se resolve, não sei!

Presidente: Sra. Deputada Susana Pereira Costa, faça favor.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Muito boa tarde.

Sr. Presidente, muito obrigada.

Gostei muito de o ouvir, Dr. João Maria Mendes.

Um comentário e duas questões.

Primeiro o comentário: de facto a análise crítica que fez da locomotiva e das proporcionalidades, a verdade é que isso é um drama transversal. Todos nós depois somos obedientes a Lisboa, Lisboa a Bruxelas, Bruxelas submete-se para as vontades de Washington, Tóquio e Letónia. Portanto, acaba por ser uma grande locomotiva e nós, às vezes, temos dificuldade de saber efetivamente de onde vem as ordens e de quem é que estamos dependentes. Queria fazer duas questões provocatórias.

Primeira: há pouco falou, e percebi algum desencanto, em relação ao modelo autonómico da forma como ele nasceu e foi-se desenvolvendo nestes últimos 41 anos. Equacionaria novos modelos políticos? Federalismos...

Falou-se aqui, de quando em quando, numa independência e aqui já não seria esta Comissão a refletir, não seria uma reflexão sobre uma Autonomia, mas uma revolução sobre a Autonomia. Portanto, pergunto-lhe se haveria estas possibilidades? Pensa que isso ainda é exequível ou estamos aqui no campo das utopias?

E uma questão muito concreta: a sua opinião sobre os partidos regionais.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado.

Faça favor, Sr. Doutor.

(*) Representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira: Sra. Deputada, eu começo pelo fim, porque eu tenho uma perspetiva também que não é nada simpática, e previno desde já, sobre aquilo que eu penso do atual sistema partidário.

Desculpem-me, mas vou dizer aquilo que penso, que é o seguinte, isto sem desprimor para os senhores, peço já a vossa compreensão:

O sistema partidário enferma exatamente da mesma debilidade que o sistema autonómico enferma. Eu vou explicar o que é que quero dizer com isto, é mais uma vez uma questão da centralidade e da decisão. Um partido tem as suas estruturas.

É verdade que há comissões e comités e não sei o quê mais. Cada partido tem lá a sua nomenclatura, que eu não sei agora precisar, mas o certo (isso denota-se e talvez é isso que leva precisamente a juventude a estar desiludida, desconfio que seja isso) é que os dois grandes partidos que têm tido mais votos na Região, e isso é notório, ambos têm os seus centros de decisão também em Ponta Delgada, com exceção do PPM que reside no Corvo, ou do CDS que está mais ou menos aqui na Terceira.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Não é mais ou menos, está mesmo!

O Orador: Sim, está mais aqui na Terceira.

O PS e o PSD sempre tiveram a sua centralidade em Ponta Delgada, as suas chefias em Ponta Delgada. O que é que significa? E por isso é que eu digo (e não me levem a mal) um Sr. Deputado que não obedece a o chefe provavelmente não vai nas listas da próxima candidatura.

Ora, eu não defendo partidos regionais, porque vamos cair na mesma. Quando muito, se houvesse partidos, era partido de ilha, para que o chefe estivesse naquela ilha e pudesse ter uma voz ativa que defendesse aquela ilha.

Eu vejo aqui na Terceira – naturalmente que isso não é competência dos Srs. Deputados – se acontece aqui qualquer desastre, quem é que fala?

Muitas vezes é o líder do CDS, porque está cá.

Presidente: A proteção civil também, em caso de desastre!

O Orador: Também e felizmente.

Presidente: É bom, é bom!

O Orador: É uma coisa para ser muito realista.

Acho que a TAP decidiu fechar o balcão aqui da Terceira. Não sei se é grave hoje em dia, porque hoje em dia toda a gente compra passagens pela internet.

Presidente: Sendo pública é grave, se fosse privada já não diria o mesmo!

O Orador: Não, mas é um facto que talvez não seja muito importante, mas se fosse uma coisa extremamente importante quem é que defenderia?

O Presidente da Câmara?!

Mas nós aqui temos duas Câmaras.

Talvez na Graciosa ou no Faial que tem apenas um município seria mais fácil, mas quase todas as ilhas, ainda por cima, estão divididas em vários municípios, que muitas vezes são antagonistas. Basta que numa Câmara esteja um partido e na outra um outro partido, para nunca mais se entenderem, nem haver unidade de ilha.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, os partidos regionais, parece-me que não vem resolver absolutamente nada. Vai ser tudo na mesma e por isso eu não defendo essa história. Defenderia se houvesse hipótese de haver partidos de ilhas, mas isso talvez seria um extremo tão grande que ninguém aceitaria uma coisa dessas.

O que me parece também é que deveria haver, e isso já é significativo, por exemplo, a nível dos municípios, e sobretudo das Juntas de Freguesia, é a possibilidade dos cidadãos se poderem candidatar. Aí talvez (talvez!... Não sei! Isto são tudo conjeturas que não se podem dizer!) fosse um bom meio de combater a abstenção.

Mais uma vez dou o exemplo da minha freguesia. Já estão no segundo mandato um grupo de cidadãos que se juntaram, até uns eram de um partido

e outros eram de outro, e conseguiram votações altíssimas, precisamente porque as pessoas sentiram que era alguma coisa que vinha de dentro e não de um líder que está não se sabe bem aonde, que diz que é aquele e aquele que se vão candidatar.

Por isso há aqui uma distância tão grande entre o simples eleitor e quem decide que as pessoas desentusiasmam-se disto. Parece-me que é assim.

Ora bem, quanto a uma reforma da Autonomia, eu também tenho uma ideia (é uma ideia e como tal...): creio que se deveria apostar muito mais naquilo a que eu chamo uma Autonomia municipalista. Reforçar muito mais os poderes das câmaras que é que estão muito próximas das populações, dos interesses dos seus concelhos e, aí sim, talvez descentralizar muito. Um pouco os grandes interesses regionais ficarem na competência do Governo Regional, mas as restantes políticas e as restantes competências passarem para as câmaras municipais.

(Aparte inaudível da Deputada Susana Costa)

O Orador: Aliás, aqui o pensamento da Terceira foi sempre muito mais nesse sentido.

Presidente: Muito bem! Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais questões. Resta-me naturalmente agradecer o contributo e a disponibilidade do Dr. João Maria Mendes, e até sempre.

Representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira: Muito obrigado da minha parte. Espero que esta Comissão tenha um bom resultado e um bom trabalho em prol da Autonomia.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos tentar.

Representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira: Vais ter. Os resultados é que não se sabem.

Eram 16 horas e 42 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

